

O Nordeste e a Constituinte

As Frustrações e Esperanças do Nordeste

Aluizio Alves

Ao abrir o seminário "O Nordeste e a Constituinte", o Ministro-chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, Aluizio Alves, afirmou que "estava ali para cumprir o seu destino, sendo fiel ao destino do seu Estado, o Rio Grande do Norte, nas lutas e conquistas do Nordeste.

O Ministro Aluizio Alves disse que quando chegou à Assembléia Nacional Constituinte em 1946, então o mais jovem constituinte do país, ele já levava o compromisso do Rio Grande do Norte de ser, sobretudo, uma voz em defesa do Nordeste. "Foi aqui, em 1903 — disse o ministro — que se conquistou através do Senador Eloy de Sousa, o primeiro organismo público federal especificamente dedicado ao Nordeste, hoje denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas".

A seguir, a íntegra do discurso pronunciado pelo ministro-chefe da SEDAP.

O Plano Epiácio Pessoa

Epiácio Pessoa, nordestino da Paraíba, depois Presidente, tentou resgatar o abandono crônico do Nordeste. Sob a inspiração de técnicos da época, determinou o planejamento de vários sistemas de aproveitamento das águas, na construção de açudes, programa limitado aos efeitos imediatos da seca, mas que, mesmo assim poderia ter alterado, com sua execução, a vida rural da região, acrescentando obras de portos e estradas que, de certa maneira, abriam novas perspectivas de desenvolvimento.

Mas, o programa era o sonho de um nordestino que, por circunstâncias políticas especiais e inesperadas, chegara à Presidência da República. Não era o espírito, a decisão, a vontade política do Governo, dominado pela inércia e pela burocracia, inimigas das ações eficazes e rápidas, e pelo poderio político do centro-sul que monopolizava há décadas a força das posições.

Tão logo Epiácio desceu as escadas do poder, toda essa conspiração paralisou as obras iniciadas, e anos inteiros ficaram os esqueletos e as ruínas do malogro regional.

Em 1932, a seca bateu de novo nas terras nordestinas. E nem mesmo a coincidência feliz de José Américo ocupar o Mi-



nistério da Viação, mudou muito as coisas. As vítimas do flagelo foram socorridas com obras públicas improvisadas. As obras dos açudes e das estradas abandonadas foram reiniciadas, e até algumas concluídas. E mesmo essa parcial e precária fórmula de solução hidráulica não gerou conseqüências fecundas, porque em si mesmas eram insuficientes, e tão logo o grande líder nordestino deixou o Ministério e as verbas foram cortadas ou reduzidas, e de novo o nordestino voltou a ser o campo triste das esmolas disfarçadas.

Novas secas, novas enchentes, o drama cíclico, o desespero renovado, a descrença subsistente e crescente. Ficaram algumas obras e algumas frases: "O Nordeste é um sopro de tragédia" — José Américo. "Os homens não são homens, são restos de um pesadelo de Deus" — Francisco Carvalho, poeta.

Mas, o Nordeste não pode continuar a ser uma coleção de frases dramáticas, mesmo sinceras, mas sem conseqüências, como aquela do velho Imperador Pedro II, numa explosão sentimental: "Venderei as últimas pedras da minha coroa, mas não deixarei morrer um nordestino de fome". As pedras terminaram bem guardadas no Museu de Petrópolis, a despeito de intenção imperial generosa, e, depois na República, quase sem maiores diferenças, continuou a mortandade das multidões.

Em 1952, mais uma seca, se de menor extensão do que a de 30, 32, com os mes-

mos efeitos, até pela fragilidade econômica acumulada das populações atingidas. Convocado de novo pelo segundo governo Vargas, José Américo licenciou-se do Governo da Paraíba, e reassumiu o comando das ações contra as conseqüências do flagelo.

Primeira mudança: O Crédito de Emergência

Da tribuna da Câmara, denunciei o quadro dramático. E pedi, defendi, exigi definições permanentes, soluções definitivas, projetos coerentes que substituíssem as medidas de emergência, que passavam quando a seca passava, que sumiam quando as águas secavam. As providências não vieram e o Ministro frustrado e desiludido, voltou à Província, vencido pela indiferença nacional mais forte do que a violência da natureza estorricada.

Em 1958, nova seca, e então, da tribuna da Câmara como vice-líder da Oposição, e na presidência da Comissão do Polígono das Secas, voltei a denunciar, e a pedir que o Presidente Juscelino Kubitschek, com seu espírito criativo e corajoso, enfrentasse o problema secular, que nenhum outro fizera — salvo a tentativa de Epiácio Pessoa — apesar das secas que há dois séculos matavam seus patricios.

Fiz um teste para sentir a disposição de mudança: apresentei projeto de lei, criando o "crédito de emergência" que substitua as "frentes de trabalho" pela concessão de crédito especial a agricultores e criadores, na proporção da posição econômica de cada um. Objetivo: no período seco, manteriam seus empregados construindo pequenos açudes, perfurando poços tubulares, refazendo cercas, etc. com dinheiro emprestado, sem juros, por cinco anos, pelos Bancos do Brasil e do Nordeste, e os encargos financeiros seriam ressarcidos pelo Governo Federal, à custa do Fundo das Secas, criado na Constituição de 1946, na segunda vinculação constitucional de recursos para o Nordeste, como se fizera na Carta de 1934. Dia e noite articulando, falando, abrindo espaços na imprensa, consegui sensibilizar a Câmara e o Senado, que, pela primeira vez, no regime constitucional de 46, aprovaram um projeto, pela unanimidade de suas comissões técnicas e de seus plenários.

Os Bancos do Brasil e do Nordeste e o Ministério da Fazenda pediram veto para o projeto. Fui ao Presidente e expus a situação! Não era possível enganar mais a região com “frentes de trabalho” que, acabada a seca, manteriam a mesma frustração, a mesma secular inviabilidade econômica. Invoquei o alto senso histórico do Presidente que se dispunha a mudar a capital do país, construindo-a no deserto e não socorria uma região de grandes potencialidades com quase um terço da população do país, e discriminada ante o esforço do crescimento nacional. Na minha presença, o Presidente telefonou ao Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, recomendando que reunisse a direção dos dois Bancos oficiais para ouvir as minhas razões sobre a posição assumida por eles favorável ao veto ao projeto de “crédito de emergência”.

Reunimo-nos no Ministério da Fazenda. Mais forte do que o apelo do Nordeste falaram o medo do risco bancário, a desconfiança na capacidade do homem rural nordestino, a insensibilidade diante do abandono da região.

Não me conformei. E, vice-líder da Oposição — honra seja feita à memória de Juscelino Kubitschek — voltei à sua presença e obtive do Presidente o compromisso de sancionar o projeto e convocar reunião de técnicos do Governo com a Comissão Parlamentar do Polígono das Secas a fim de fazermos juntos uma análise nova do Nordeste.

O projeto tornou-se lei e tenho a alegria de registrar, mais uma vez: conforme documento que obtive, na época, dos Bancos do Brasil e do Nordeste, que tanto insistiram pelo veto, não tiveram prejuízo de um centavo. Todos os empréstimos do crédito de emergência foram resgatados.

Os primórdios da Sudene

A reunião com o Presidente realizou-se, dias depois, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, com a presença do Chefe da Casa Civil, embaixador Sette Câmara, Embaixador Hugo Gouthier, Celso Furtado, diretor do BNDE, a quem naquela hora, passaríamos a conhecer e membros da Comissão do Polígono das Secas.

Na qualidade de Presidente da Comissão, fiz uma exposição histórica da ocorrência e conseqüências das secas do Nordeste, das inundações eventuais (24 secas e 26 inundações em 220 anos), a deficiente ação do Governo Federal no Império e na República, os esforços malogrados do Governo Epitácio Pessoa, o esforço minis-

terial de José Américo, a criação do Banco do Nordeste e da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, e todo o quadro de miséria, de abandono, de descrença que, desde criança, assistíamos no sertão do Rio Grande do Norte, para concluir nesses termos que registrei, em discurso posteriormente proferido em Natal:

“Este é o cenário da vida sertaneja neste 1958. Serviços públicos há, nas estradas que alistam os homens para que eles não morram de fome. E pagam, com atraso de meses, o salário de cada dia, enquanto são retidas, nos canais burocráticos, ou desviadas pela corrupção política e funcional, ou malbaratados pela dispersão e pela incompetência, as verbas que a Constituição reservou para a tarefa da nossa recuperação econômica”

*O nordestino quer
dizer à Nação que
não é o peso morto.
A administração
pública brasileira
cometeu sempre o
erro de tratar o
Nordeste como a
terra perdida.*

“O pão de um momento é sempre um pão amargo, porque, não recuperando, humilha”

A administração brasileira cometeu sempre o erro de tratar o Nordeste como a terra perdida, e os nordestinos como filhos de Deus, aos quais não se pode negar uma esmola, na hora da calamidade.

O pão de um momento é sempre um pão amargo, porque, não recuperando, humilha.

Cada vez com mais intensidade, o nordestino começou a dizer, e já começa a dizê-lo aos gritos, que não precisa de auxílio, que não é o peso-morto da Nação. Prestem atenção os homens públicos deste país: os que pedem, estendem as mãos súplices. O povo, já agora, está usando as mãos para atirar pedras, nos “quebra-quebras” que

se multiplicam, como ensaios, talvez inconscientes, de uma grande e inevitável revolução social.

Durante longo tempo, pensaram muitos que a unidade nacional estava preservada pela identidade de língua, religião, tradições. Euclides da Cunha fixou a unidade brasileira pelo curso de um rio.

Essa unidade tem que ser também uma integração econômica, uma única superfície de produtividade, uma fase só de riqueza. O contrário é a injustiça. E os povos não resistem mais, por muito tempo, às injustiças sociais. Rebatam, sem direção, deteriorando os laços religiosos ou tradicionais. A língua, expressão de comunhão familiar, pode tornar-se palavra de ódio gelado, grito de dor irreconhecível, dicionário de desespero e de luta.

A política governamental, falsamente dedicada ao combate do nosso subdesenvolvimento, o que tem feito é aumentar cada dia o fosso que separa Estados brasileiros. Há os que prosperam cada vez mais, contrastando com os que cada vez mais regredem. Uma planificação manca e apressada, submetida a caprichos regionais, a interesses econômicos de grupos ou a hegemônias políticas, divide, de consciência fechada às advertências e aos apelos, o Brasil e os brasileiros, através de um regime cambial de espoliação dos mais fracos, das restrições de crédito mal dirigidas, dos investimentos conduzidos sem sentido nacional.

“A língua, expressão de comunhão familiar, palavra de ódio gelado, grito de dor irreconhecível, dicionário de desespero e de luta”

Não se faz recuperação econômica de um país com monopólio ou privilégio de uma área sobre outras. Os critérios técnicos e financeiros têm de ser subordinados às condições de desigualdade de várias regiões, o que vale dizer, às exigências do bem comum. Um povo deve pagar o preço político da sua unidade para construir e consolidar uma Nação feliz”.

Dali saímos com a incumbência dada pelo Presidente Kubitschek a Celso Furtado para elaborar um plano novo para o Nordeste.

Não cobro direitos, mas valho-me das memórias do Embaixador Hugo Gouthier (Livro “Presença” - pág. 214) para registrar um lance dessa luta que sustentei: “A

respeito do assunto, nova organização para o Nordeste, — manifestou-se também o Aluizio Alves. Defendia o ex-governador a tese de que os governadores do Nordeste deveriam ter assento no novo órgão a ser criado, o que lhes facilitariam a vida no plano administrativo e no plano político.

“A sugestão de Aluizio Alves — continua o embaixador — gerou o Conselho de desenvolvimento do Nordeste — CODENO, onde todos os governadores da área tinham participação e possibilidade de discutirem suas idéias e exporem seus problemas. Daí, naturalmente surgiu a SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”.

As responsabilidades da Sudene

A SUDENE nasceu com a imensa tarefa de resgatar todo o acervo de erros acumulados desde o momento em que o Governo Rodrigues Alves, por inspiração de Eloy de Souza, tomou as primeiras providências para enfrentar com os efeitos das secas. Erros de concepção, reduzindo as medidas a paliativos emergenciais; erros de execução, iniciando obras que se eternizavam, por falta de verbas, e mesmo quando concluídas — como aconteceu com alguns açudes, — não completavam as tarefas de irrigação planejadas; erros de natureza administrativa e moral, ensejando que as verbas das “frentes de emergência” se transformassem em meras esmolas para multidões esfomeadas e processo de enriquecimento corrupto para políticos e funcionários desonestos; erros de natureza política transformando-se em instrumento de dominação municipal e estadual, a serviço de políticos que faziam das repartições e seus recursos instrumentos de clientela eleitoral; erros, sobretudo, de deformação da mentalidade do povo, pela descrença na Democracia, que identificava com todos esses espetáculos da exploração e abuso do seu patrimônio, o nacional, poder que ele próprio, de quatro em quatro anos, quando podia, constituía com o seu voto vendido ou submisso.

Não se pode negar o enorme potencial que a SUDENE construiu na alma descrente das populações nordestinas. Nem esquecer o seu esforço em identificar problemas, buscar soluções, planejar a economia em termos mais globais e duradouros, colocando o Nordeste, pela primeira vez, nas preocupações do Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Ao lado dessa construção político-administrativa valiosa e irreversível, nas

suas conseqüências, assinalamos, não para diminuí-la, mas, por dever de história, o equívoco de preocupações exclusivamente industrializantes, deixando a área rural para etapas conseqüentes; o erro de não haver aproveitado, por emulações injustificáveis, a participação oferecida, por breve prazo, da Aliança para o Progresso, e a funesta mudança de rumos introduzida pelo violento afastamento de seu fundador executivo Celso Furtado, abriu-se, na SUDENE, a partir dessa época, salvo em pequenos períodos de administrações transitórias e embora nem sempre prestigiadas, um período de medíocre esgotamento até do seu modelo estatizante e industrializante, que, acrescido mais tarde de projetos agropecuários, encheu a área das cidades e dos campos de esqueletos de fábricas e de excessos audaciosos de incentivos a grupos mais espertos.

*A Sudene nasceu com
a imensa tarefa de
resgatar todo um
acervo de erros
que foram acumulados
desde que o governo
Rodrigues Alves,
nos primeiros tempos
da República,
tentou pela primeira
vez acabar com a seca.*

A Nova República

Encontramos assim o Nordeste. Primeiro, inundações. Um ano de águas excessivas e inoportunas, destruindo plantações, salinas, casas. Depois, a seca. Um ano de sol e pó.

O modelo da SUDENE não atendia mais às singularidades de uma economia permanentemente ameaçada pela crise, quando não pela tragédia. E dentro de um quadro nacional também em crise, com enormes cifras de dívida externa e dívida interna, taxas inflacionárias insuportáveis, um aparelho burocrático caótico, crescente e impacientes reivindicações salariais, empresariado acomodado a prejuízos operacionais compensados pela ciranda financeira. Tudo isto dentro de um drama que, em 40 dias, levou à morte o Presidente da República eleito — o inesque-

cível Tancredo Neves — transferindo-se às mãos do vice-presidente José Sarney todo esse legado de problemas na área federal, acumulados aos dos Estados e Municípios em situação pre-falimentar, com dívidas que não podem resgatar e reivindicações que não podem atender.

E no Nordeste, em particular? Vinhamos da mais prolongada seca destes dois séculos, — 5 anos consecutivos — prevista pelo Instituto Aero-Espacial da Aeronáutica, comunicada às autoridades, federais e estaduais, que não tomaram qualquer providência preventiva. E postas diante dos campos abandonados, das multidões invadindo cidades, tiveram que voltar às “frentes de emergência” — desta vez de maneira mais corrupta — porque através de sinistro mecanismo que funcionava nas mãos de autoridades e candidatos do partido governamental, para financiá-los, para enriquecê-los, ou para as duas coisas juntas, com outras conseqüências que levaremos anos para eliminar: os trabalhadores do campo já não querem receber dinheiro em troca de trabalho, qualquer que seja, pelo hábito das secas — 78-83. Querem receber simplesmente diárias, que como se fosse o Governo obrigado a fornecê-las pelo mero trabalho de alistar-se: os agricultores, acostumados à prorrogação de suas dívidas por 5 anos, não querem pagá-las, ou não podem pagá-las. E lideranças políticas — sobretudo as que se beneficiaram com dinheiro ou com voto, nesse período de seca, suspeitamente reclamam e lutam por que volte o Nordeste ao espetáculo das multidões alistadas pelos prefeitos e vereadores, e pagas pelo governo federal, à revelia do governo estadual, em nome da fome, e não em troca da reconstrução da economia perdida.

Números Sinistros

Mas, não estamos aqui apenas para o velório de decênios de erros e crimes. Nem mesmo para uma autópsia, que a rigor já foi feita. Mas, o dever público nos impõe relembra, repetir, didaticamente repisar números que explodem numa realidade inaceitável, intolerável, insuportável, e contra a qual lutamos a vida toda, mesmo quando, proscrito da vida política, só nos restava, em alguns períodos, o exercício jornalístico.

Estes números, tão dolorosos, são do IBGE, da SUDENE, do Banco Mundial, do IBASE. Estão, todos, em documentos oficiais. São o retrato exato, provado, comprovado, de um pedaço do País, do País que quando dele se lembra cai em re-

mosos, mas acaba esperando a próxima seca, a nova inundação, para de novo emocionarmos-se, imaginar soluções, buscar saídas, tentar o fim do pesadelo.

Mas, por que é assim? Será que não podia deixar de ser assim? Governar é fazer opções. Governar é comandar recursos. E há um número que só ele mostra como o Nordeste, quase 40 milhões de habitantes, nunca foi real opção prioritária do poder no Brasil: de 1909 até 1984, o Governo Federal gastou com o Nordeste apenas 10% do que custou a Usina de Itaipu!

Segundo o Banco Mundial, os seis programas especiais criados pelo Governo, a partir de 1974, para atender a 3 milhões de famílias, "fracassaram nos seus objetivos". E porque fracassaram o Nordeste é, cada dia mais, uma terra de fugitivos, de retirantes, de imigrantes. Em um ano, 375 mil brasileiros saíram do Norte e um milhão foi para o Norte. 6 milhões saíram do Sudeste e 9 milhões foram para o Sudeste. 2 milhões e meio saíram do Sul e 2 milhões e meio foram para o Sul. 700 mil saíram do Centro-Oeste e 2 milhões e meio foram para o Centro-Oeste. E o Nordeste? É o único de onde sai muito mais gente do que entra. Em um ano, chegaram 2 milhões e saíram quase 8 milhões. Não é uma emigração. É uma fuga em massa. Um êxodo bíblico.

"A taxa anual de crescimento da população encolheu de 2,5%, na década de 60, para 2%. Não por falta de nascimento, mas por excesso de mortes"

Somos 40 milhões. Quase 30% da população do país. 18% da superfície. E renda **per capita** de apenas 40% da média nacional e menos de 25% da do Estado de São Paulo. Quase a metade da população em condições de pobreza absoluta. A participação do Nordeste na renda interna do país, em 1940, era de 16%. Em 1950, 14 e meio por cento. Em 1960, 14%. Em 1980, 9%. E vem descendo, ano após ano. Somos um terço do país. E temos apenas 10% das transferências e subsídios do Governo Federal.

54% dos assalariados ganham até um salário mínimo. E só meio por cento recebe mais de 20 salários mínimos. No Sudeste, 21% recebem salário mínimo e 4% ganham mais de 20 salários mínimos. No Nordeste, 11% não têm rendimento algum. No Sudeste, só 4% não têm nenhum rendimento.

A taxa anual de crescimento da população encolheu de 2 e meio por cento

na década de 60 para 2%. E não por falta de nascimento, mas por excesso de mortes.

O consumo diário de proteínas é de 57 gramas por habitantes. Em São Paulo, 67. No Rio, 70. O consumo diário de calorias aqui é de 1.713. Em São Paulo, 2.091. No Rio, 2.130.

94% dos empregados agrícolas não têm carteira profissional assinada. E 43% dos urbanos também não.

4 milhões estão atacados de esquistossomose, 3 milhões com doenças de Chagas, 250 crianças, entre mil, morrem até um ano de vida, num planejamento familiar pela morte e não pela vida.

68% das propriedades agrícolas, de menos de 10 hectares, têm menos de 5% das terras. 0,4% das propriedades, de mais de mil hectares, têm 37% das terras.

Os 20% mais pobres do Nordeste, que em 1970 tinham 5% do total da renda, só tinham 4% em 1980. No mesmo período,

O Nordeste é a única região do país de onde sai muito mais gente do que entra. Em um ano, chegaram dois milhões e saíram quase oito milhões. Não é uma emigração. É uma fuga em massa.

o 1% mais rico, que tinha 10% da renda em 1970, passou a 29% em 1980.

A renda **per capita** de 20% dos trabalhadores rurais é de 20 dólares por ano, cifra inferior ao nível universal da pobreza absoluta. E mais baixa do que a renda **per capita** de qualquer outro país do planeta.

68 mil professores da zona rural, na última seca, preferiram trabalhar nas frentes de trabalho, onde ganhavam 15 mil cruzados por mês, para não continuarem lecionando por salários que, em alguns municípios, não passavam de 900 mensais.

57% da população não sabem ler nem escrever. 61% das casas não têm luz elétrica. 58% não têm esgoto nem instalações sanitárias.

A cada seca os flagelados se multiplicam. Em 1950, eram um milhão. Em 58,

quase 2 milhões. Em 70, 3 milhões. Na última grande seca, mais de 5 milhões.

O crédito rural nacional é distribuído com uma evidente concentração privilegiando o Sul e o Sudeste. Para o Nordeste, que representa 30% do país, 11%, em 70. Em 75, 13%. Em 80, 17%. Em 84, 14%. No Sul, 31% em 70, 38% em 75, 35% em 80, 38% em 84. No Sudeste, 50% em 70, 38% em 75, 34% em 80, 35% em 84.

Duas oportunidades da História

E por que este seminário? Apenas para repetir estas verdades sinistras, contabilizar esses números vergonhosos, confessar essas culpas de tantos em tantos anos de Império e da República?

Não. Seria uma inocuidade, ou até uma crueldade.

Pensamos na cidade de Natal, porque aqui o Governo Estadual, surpreendido pela seca verde, imaginou soluções novas de emergência e executa, na Secretaria da Agricultura com o apoio do Ministério de Irrigação, experiências rápidas e ousadas de irrigação.

E porque o Nordeste não pode perder, de uma só vez, sobretudo pela incapacidade de suas elites, duas raras e coincidentes oportunidades da História:

1. a presença, no Governo, de um Presidente, nascido no Nordeste, fiel às suas origens telúricas, disposto a uma obra renovadora em nossa região, enfrentando as resistências de outras regiões mais reivindicantes, a indiferença, quando não hostilidade, de setores da opinião pública nacional; a inércia da máquina administrativa com meio século de despreparação, esta é e será, pelo restante do seu mandato, a luta do Presidente José Sarney.

2. a elaboração de uma Constituição do País na qual devem ser fixadas as diretrizes institucionais da economia do País, e nestas, se pode e deve resgatar, o abandono e a discriminação do Nordeste.

"Jamais outro governo cuidou tanto dos nossos problemas. Qual o governo, no passado, que deu ao Nordeste seis Ministérios e numerosos outros postos no segundo escalão administrativo?"

Que assistimos, neste momento?

Por motivos meramente político-eleitorais, quando não por interesses pessoais, vemos representantes do Nordeste vinculados à conspiração da redução do

DEBATE



mandato do atual Presidente da República. Por quê? Por que seu Governo não quer ajudar o Nordeste? Não é verdade. Jamais outro Governo cuidou tanto de nossos problemas. Porque, em nova eleição, o Nordeste terá oportunidade de escolher outro nordestino para a alta função? Por que outro Presidente, oriundo do sul do país, fará mais pelo Nordeste do que o atual Presidente?

Poderia usar números e fatos que destroem todas essas hipóteses. A quadruplicação dos recursos da SUDENE, o aumento de capital do Banco do Nordeste, o Programa de Irrigação com recursos para 1 milhão de hectares, outros programas menores, como o do crédito São Vicente, para pequenos agricultores e criadores organizados, a complementação da Usina Xingó, os maiores projetos do programa de energia, a quadruplicação dos recursos da Legião Brasileira de Assistência, o Programa de Distribuição de Leite, ambos com prioridade para o Nordeste, e alguns outros. Não estão funcionando com a rapidez e a eficácia desejadas e recomendadas? É possível. Mas, providências serão tomadas toda vez que essa verificação se fizer, muito embora se reconheça que a máquina burocrática é emperrada, e toda ela tem anos de preconceitos e diferença pelos problemas do Nordeste.

Qual o Governo, no passado, que deu ao Nordeste seis ministérios e numerosos outros postos do segundo escalão administrativo?

A escolha antecipada de um novo Presidente, certamente do sul, pela desobediência ao mandato fixado na Constituição vigente, ou mesmo pela recusa ao ato de renúncia de um ano anunciado pelo próprio Presidente titular, ajudaria o Nordeste a ter, no próximo período governamental, mais força e mais atenção?

Ninguém pode responder afirmativamente, tão claras são as lições da História

neste quase século de vida republicana.

Mas, ainda assim, deputados e senadores do Nordeste querem tirar a responsabilidade de Governo da região. E não são apenas os deputados e senadores dos partidos oposicionistas, que poderiam apresentar argumento de interesses políticos. Não. São deputados e senadores de partidos que apóiam o Governo.

Pergunto aos nordestinos, independentemente de quaisquer interesses político-partidários: essa atitude é para ajudar o Nordeste, é para dar ao Nordeste mais oportunidade de poder, de força, de influência nas decisões que interessam ao nosso povo? Não. É a explosão de ressentimentos pessoais, regionais, locais, municipais, tão pequenos que não podem ter sequer o respeito do povo.

Na elaboração da Constituição, esperamos que, em meio a tantas e controversas sugestões e projetos, seja possível a unidade de pontos de vista em torno de soluções coerentes, viáveis, aplicáveis.

A Nova Federação

E dentro dessa solução, possam refazer a concepção de uma Federação que não seja apenas uma figura de retórica jurídica e de desigual distribuição do poder, mas, um sistema racional, que assegure aos Estados uma autonomia realista.

Dois exemplos posso dar da realidade tributária de hoje:

1. o Estado de São Paulo arrecada, em dois anos, tudo que o Estado do Acre arrecadou desde o nascimento de Cristo;

2. nas duas horas desta reunião o Estado de São Paulo está arrecadando o que o Estado do Acre arrecada em um ano.

É em torno de questões dessa natureza e dessa ordem que esperamos que se

unam os constituintes, e, em particular, os constituintes do Nordeste, a fim de que a unidade nacional, dividida juridicamente em Estados e Municípios, não seja apenas o hino nacional cantado nas escolas e nos quartéis, ou a bandeira nacional hasteada nas repartições públicas, mas, uma Nação consciente das responsabilidades do seu futuro, no mundo conturbado, e com o povo mobilizado para servi-la, honrá-la e dela orgulhar-se pelo exemplo de paz e pela igualdade de direitos, liberdade, educação, saúde e trabalho.

É esta discussão que vamos iniciar, independentemente da posição ideológica e partidária de cada um dos que aqui vieram, nestes dois dias de debate sobre "O Nordeste e a Constituinte", promovido pelo Grupo de Políticas Públicas e pela Fundação do Servidor Público — FUNCEP, entidades da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Ao declarar inaugurado este seminário, saúdo, o Governo do Rio Grande do Norte, os Governos estaduais da região, os Prefeitos do Estado, na pessoa do chefe da municipalidade de Natal, senadores e deputados federais e estaduais nordestinos, conferencistas, debatedores, os meios de comunicação que acompanharão os trabalhos, saúdo o povo. E não tenho fórmula mais simples de fazê-lo do que dizer a todos e a cada um.

— Luto, assim, no Governo, por todas as formas de discussão, de convencimento, de fiscalização, de construção, com a mesma coerência e a mesma fidelidade com que, a vida inteira, na tribuna parlamentar da oposição, no jornalismo, na iniciativa privada, quando proscrito pelas intrigas palacianas e pela violência revolucionária, discuti, resisti, reclamei, sem ódio e sem medo, mas com a sagrada ira da luta que era melhor e mais digna do que a cumplicidade acomodada ou a passividade dos vencidos."